**UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU - CÂMPUS MOOCA
ÂNIMA EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM DIREITO
SAMUEL DOS SANTOS SILVA**

**A aplicabilidade do método de Gutachtenstil no caso do “Faraó dos Bitcoins” à
luz da Dogmática Penal**

São Paulo
2023

SAMUEL DOS SANTOS SILVA

**A aplicabilidade do método de Gutachtenstil no caso do “Faraó dos Bitcoins” à
luz da Dogmática Penal**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade São Judas Tadeu, sob a orientação
da professora Me. Maria Bartira Muniz de Oliveira,
como requisito parcial para a obtenção do título do
grau de Bacharel em DIREITO.

São Paulo

2023

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU - CÂMPUS MOOCA
GRADUAÇÃO EM DIREITO
SAMUEL DOS SANTOS SILVA

**A aplicabilidade do método de Gutachtenstil no caso do “Faraó dos Bitcoins” à
luz da Dogmática Penal**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade São Judas Tadeu, sob a orientação da
professora Me. Maria Bartira Muniz de Oliveira, como
requisito parcial para a obtenção do título do grau de
Bacharel em DIREITO.

BANCA EXAMINADORA:

ORIENTADORA: Me. Maria Bartira Muniz de Oliveira

Examinador 01:

Examinador 02:

Nota Final: ____

Maria Bartira Muniz de Oliveira

Examinador 1

Examinador 2

São Paulo

2023

Agradeço a Deus, meus papais e meu irmão que são minhas fontes de inspiração e admiração que me ajudaram a chegar até aqui. Agradeço ao IBCCRIM por ter me apresentado a Dogmática Penal de uma forma nunca vista. Também me dedico por ter me esforçado e me dedicado por todos esses anos, onde olho para trás e me orgulho de onde cheguei.

RESUMO

O presente trabalho objetiva, identificar por meio do método estruturado de resolução de casos de Gutachtenstil o resultado plausível, a fim de compará-lo com o ofertado pelo judiciário brasileiro ao caso do “Faraó dos Bitcoins”, e no caso de resultado negativo, o que do ponto de vista da dogmática penal resultou em conclusão distinta, haja vista que tal método se utilizará para destrinchar as questões da teoria geral do delito, limitando-se ao tipo penal, para concluir quanto a tipicidade objetiva e subjetiva e comparar com a delimitação jurídica oferecida pelo judiciário brasileiro.

Palavras - Chave: Faraó dos Bitcoins; Método de Resolução de Casos; Tipicidade; Judiciário brasileiro.

ABSTRACT

The present work aims to identify, through Gutachtenstil's structured case resolution method, the same result offered by the Brazilian judiciary in the case of the “Pharaoh of Bitcoins”, and in the case of a negative result, what from the criminal dogmatic point resulted in a different conclusion. , given that this method will be used to unravel the questions of the general theory of the crime, limiting itself to the criminal type to conclude regarding the objective and subjective typicality and compare with the legal delimitation offered by the Brazilian judiciary.

Keywords: Pharaoh of Bitcoins; Case Resolution Method; Typicality; Brazilian judiciary.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 Bitcoins	13
2.2 Justiça Midiática	18
2.3 Método de Resolução de Casos - Gutachtenstil	19
3. APLICABILIDADE PRÁTICA NO CASO DO “FARAÓ DOS BITCOINS”	28
3.1 Análises dos Tipos Penais	32
3.1.1 Punibilidade quanto a Estelionato	32
3.1.2 Punibilidade quanto ao Crime Contra o Sistema Financeiro Nacional – Evasão de Divisas	34
3.1.3 Punibilidade quanto a Lavagem de Dinheiro	36
3.1.4. Punibilidade quanto ao Novo Tipo Penal de Estelionato (artigo 171-A)	39
4. CONCLUSÃO	42
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

Com o pós-modernismo, o avanço tecnológico gerou impactos em todos os ramos da sociedade, o que vem repercutindo diretamente no Direito Penal dos dias atuais, já que impõe aos operadores do Direito desafios constantes para a resolução dos problemas advindos por crimes perpetrados nesses sistemas informatizados.

Além disso, considerando o fato de que alguns tipos penais prevêem delitos abstratos — divergentes de alguns meios atuais de consecução dos delitos —, ou seja, o Código da Parte Geral de 1940 veio de uma era diferente da atual, onde que linguisticamente possuía conceitos abstratos diversos da prática criminal da atualidade, se nota diversas condutas criminosas perpetradas em um ambiente virtual, diversamente do que ocorria na época de criação desse Código, não se via tratamento jurídico-penal para tais assuntos e ocasionando lacunas no enquadramento das condutas nos tipos penais.

Uma reação a isso, em busca de talvez burlar às ciências criminais, desencadeou o aumento da criminalidade econômica diante do anonimato, da ausência de um controle estatal e até mesmo a falta da regulamentação de criptoativos (crypto assets), onde pode ser conceituado como os ativos financeiros com representações virtuais monetárias, que podem ser facilmente negociadas de forma virtual, sem premente necessidade de um intermediário, pois utilizam do sistema descentralizado de peer to peer, como exemplo de um tipo específico e mais conhecido, a criptomoeda Bitcoin.

Nessa perspectiva, para Christian Aranha, em 2021, os Bitcoins são moedas alternativas realizadas por particulares sem a presença de uma autoridade de regulação ou órgão oficial, com regras ditadas pelos desenvolvedores e seus usuários e com valores que oscilam conforme o mercado, um Sistema diverso do modo das moedas estatais (ARANHA, 2021).

O mundo dos ativos digitais se embasa em um sistema descentralizado, disruptivo e com características de pseudoanonimidade, onde há lacunas em todos os ramos do direito, o que facilitou ainda mais a prática de diversos crimes econômicos e digitais por esquemas organizados, e por esses motivos, o judiciário brasileiro vem enfrentando diversos casos desse nicho.

A razão para a realização desse trabalho é o aumento da complexidade dos casos em que o judiciário brasileiro está enfrentando que repercutem

internacionalmente, por esse fato, deve-se buscar refletir quanto a correta adequação desses casos aos tipos penais por envolverem diversos crimes e inúmeras discussões quanto a estes casos, para que se tenha a correta aplicação de conceitos da dogmática penal a partir de métodos eficazes no direito penal que venham a resolver esses dilemas.

Casos complexos como o do Faraó dos Bitcoins requerem análises mais minuciosas por meio do raciocínio jurídico-dogmático, por essa razão, o presente trabalho estudará por meio do método de Gutachtenstil, um caso real brasileiro, no qual a partir dessa técnica corriqueira no direito alemão deseja estruturar a resolução de casos por análises casuísticas perante o direito penal brasileiro.

Dessa forma, a utilização desse método será para analisar as questões de dogmática penal da teoria do delito com aplicação na prática, ou seja, enquadrar a teoria na solução de conflitos concretos, para que possa se adquirir uma boa base da teoria do delito de acordo com o caso concreto, para logo em seguida propiciar uma análise crítica do que o judiciário brasileiro vem enfrentando, devido uma pressão midiática populacional muito forte que acabam por envenenar as decisões judiciais.

Por essas razões, propõe a elaboração de novas soluções a futuros casos concretos semelhantes, assim, foi escolhido um caso de que aconteceu no Brasil recentemente, de crime econômico que utiliza como meio as moedas virtuais, por sua complexidade e dentro desse caso possuir indícios da transgressão de diversos tipos penais que dificultam sua regulamentação juridicamente, o seu combate e até mesmo uma correta delimitação jurídica.

O caso escolhido foi o do Faraó dos Bitcoins, que ocorreu em 2021, de grande repercussão nacional e até mesmo internacional onde Glaydson Acácio dos Santos cometeu diversos ilícitos e fraudes bilionárias utilizando criptoativos. Dessa maneira, esse ator principal junto a uma organização criminosa lavava dinheiro em tráfico de drogas por meio de criptomoedas.

Por si só, a lavagem de dinheiro já é um crime complexo e extremamente grave que envolve diversos outros crimes, e ao envolver as moedas virtuais, sua solução jurídica se torna ainda mais complexa, pois a execução desses crimes estão crescendo cada vez mais com muita rapidez e com um anonimato onde se torna difícil as investigações e o enquadramento penal desses crimes, pois as inovações tecnológicas alinhadas com a dificuldade do direito em segui-las é grande.

Destarte, a comunidade jurídica de uma forma geral deve estar preparada para estes delitos criminosos incontroversos, que suscitam inúmeros problemas jurídicos que cada vez mais estão crescendo no mundo todo, assim, a presente proposta é de se utilizar da compreensão da dogmática penal por meio de uma análise desses casos atuais enquadrando no tipo penal conforme a teoria do delito, para que haja possibilidade de criação de mais regulamentações quanto as moedas virtuais, bem como as adaptações nas estruturas tanto do ensino jurídico brasileiro quanto das capacitações dos operadores do direito para resolução de casos mais inovadores, como o presente caso em análise.

A problemática se deu em razão da dificuldade de regulamentação das moedas virtuais, da lavagem de dinheiro por tráfico de drogas utilizando-se dessa ferramenta que gera o incontroverso enquadramento legal em diversos tipos penais.

Por isso, a presente análise se dará com a estruturação e a solução dada por meio método alemão de Gutachtenstil no caso do Faraó dos Bitcoins, onde conseguiremos comparar com a solução do judiciário brasileiro.

Com as soluções da utilização de um método tradicional da Alemanha, bem como, a conseqüente comparação com a solução que o judiciário brasileiro deu a esse caso, ofertará conclusões plausíveis para se entender a aplicabilidade de uma penalização concreta e coerente com a dogmática penal, o que possivelmente perfazeria as incógnitas jurídicas sobre esse tema.

Dentro das faculdades de direito da Alemanha, o método mais famoso e utilizado é o de Gutachtenstil, próprio para a resolução de casos que serve como uma ferramenta muito coerente e importante para ofertar respostas correta com base na dogmática penal aos problemas concretos e difíceis, de modo que não venha a sofrer influências políticas e sociais sobre o Direito.

Quanto a aplicabilidade desse método em casos concretos é asseverativo que

a justificação de toda premissa, decisão e escolha, o que faz com que o jurista ao aplicar alguma argumentação possua bases, sem maiores arbitrariedades, para que assim possa ter melhores compreensões dos conceitos e problemas jurídicos em casos complexos, como é o do presente trabalho e que está tão em voga na atualidade.

Ademais atenta-se ao fato de que em casos como o do presente estudo, onde o judiciário brasileiro precisa enfrentar e julgar mega processos, como o da Lava

Jato, a questão dos resultados servem como instrumento do combate a criminalidade, mas influenciam na violação de direitos fundamentais, onde contribui para a politização da justiça criminal ao aderir as previsibilidades das mídias que alimentam o público ao ditar as regras de como que o Direito penal deve funcionar.

Por esses motivos, teremos como hipóteses que nortearão o presente trabalho: é possível a aplicabilidade de um método alemão no direito brasileiro? O método de Gutachtenstil aplicado ao caso do Faraó dos Bitcoins teve resultado diverso do aplicado pelo judiciário brasileiro? São puníveis os envolvidos? Em qual tipificação legal é mais apropriada a casos complexos como este?

Quanto aos Objetivos Gerais, que servirão para conduzir na elucidação da questão abordado por esse problema de pesquisa, o qual serão para entender se a solução dada pelo judiciário brasileiro foi coerente com a teoria geral do delito utilizando um método do Direto Alemão, este considerado o mais desenvolvido em produções acadêmicas na seara do Direito penal, para tentar definir a tipificação jurídica de casos complexos que envolvem mais de um tipo penal, como o caso do Faraó dos Bitcoins, que por meio da Lavagem de Dinheiro em Bitcoins, uma organização criminosa traficava drogas.

No que tange aos Objetivos Específicos o de:

- Identificar a aplicabilidade de um método do direito alemão e se há possibilidade de ser aplicado no direito brasileiro;
- Entender as dificuldades de encaixar delitos complexos nas tipificações disciplinadas no Código Penal;
- Desembaraçar entendimentos pelos quais a tecnologia vem influenciando na modernidade e ainda assim pode ser aplicado o Código de 1940;
- Discernir o caso dos Faraó dos Bitcoins e concluir em qual delito se encaixa;
- Comparar a solução apresentada do direito alemão com ao aplicado pelo judiciário brasileiro;

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Bitcoins

Conforme Julian Assange (2012), os criptoativos desafiam a lógica econômica e jurídica tradicional ao representar um dos avanços tecnológicos que mais impactam nas diferentes áreas do Direito ao se ter nas redes digitais descentralizadas diversos ativos que possuem valores econômicos e são compartilhados virtualmente, por meio de que as autoridades públicas não conseguem os controlar de fato, por isso, para esse autor: "atualmente, debate-se como as inovações podem influenciar a arquitetura jurídica dos mercados e como ser regulados, em detrimento da aludida liberdade e independência que promovem" (DREYFUS, Suelette; ASSANGE, Julian; 2012).

Do mesmo modo que as revoluções industriais ascenderam a era tecnológica informacional e computacional, por intermédio das crises econômicas norte-americanas e dos problemas que se originaram com a concentração de poder nas mãos do Estado, FERREIRA e ARAÚJO (2019) entendem que foi nesse marco histórico em que se nota a origem das criptomoedas, por meio do qual, o pseudônimo de Satoshi Nakamoto – a verdadeira identidade ainda é desconhecida, não se sabendo se é um grupo de investidores ou somente um investidor – publicou o "Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System" em 2008 onde buscava-se soluções para a desordem financeira e conseguiram criar o primeiro banco de dados de blockchain e a moeda virtual Bitcoin a fim de burlar os sistemas financeiros com objetivo de efetuar transações comerciais sem a necessidade de um terceiro intermediador no processo e sem um controle estatal.

Assim, as criptomoedas ou cryptocurrency são conceituadas como as moedas digitais e criptografadas, o qual são criptoativos utilizados para pagamentos e transações financeiras feitas no ambiente virtual. (CAMPOS, 2020, p. 22).

Recentemente, no Recurso Especial n. 1.696.214/SP, o Superior Tribunal de Justiça se manifestou sobre as características das criptomoedas: "[...]. Possui, como principais características, a incorporeidade, a desnecessidade de um terceiro intermediário para realização de transações e a ausência de uma autoridade central

emissora e controladora. [...] e as criptografias são um protocolo por meio do qual se efetivam transações comerciais e/ou financeiras" (Recurso Especial n. 1.696.214/SP. Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, 09 out. 2018, *DJe* 16 out. 2018).

Neste ponto merece realce ao conceito de Blockchain que para Júlio Stella (2017) é um grande banco de dados que contém o registro do histórico das trocas feitas e concluídas de forma criptografada, assim, cada bloco possui uma série de informações que significam o registro de um número de operação efetuada e válida que o próprio usuário possui a capacidade computacional para tais transações se validarem. Segundo Matheus Tomé (2019): “cada novo bloco contém uma série de informações e, a cada quantidade determinada de transações e informações novas, um novo bloco é criado, validado e colocado no final da cadeia”.

Os Criptoativos ou Crypto Assets (do alemão *Virtualle Kryptowährungen*) para o art. 5º da Instrução Normativa (IN) 1.888/2019 são "representação digital de valor, denominada em sua própria unidade de conta, cujo preço pode ser expresso em moeda soberana local ou estrangeira, transacionado eletronicamente com a utilização de criptografia, usado como forma de investimento, instrumento de transferência de valores ou acesso a serviços" (BRASIL, 2019a, p. 14). *In verbis*,

Art. 5º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se:

I - criptoativo: a representação digital de valor denominada em sua própria unidade de conta, cujo preço pode ser expresso em moeda soberana local ou estrangeira, transacionado eletronicamente com a utilização de criptografia e de tecnologias de registros distribuídos, que pode ser utilizado como forma de investimento, instrumento de transferência de valores ou acesso a serviços, e que não constitui moeda de curso legal; e

II - exchange de criptoativo: a pessoa jurídica, ainda que não financeira, que oferece serviços referentes a operações realizadas com criptoativos, inclusive intermediação, negociação ou custódia, e que pode aceitar quaisquer meios de pagamento, inclusive outros criptoativos.

Parágrafo único. Incluem-se no conceito de intermediação de operações realizadas com criptoativos, a disponibilização de ambientes para a realização das operações de compra e venda de criptoativo realizadas entre os próprios usuários de seus serviços.

Por isso que Criptoativos é um termo geral que compreende as criptomoedas, as plataformas, protocolos, blockchains e as demais ações do mundo criptografado.

Outro ponto que merece destaque é uma característica marcante dos criptoativos, a criptografia, que permite maior segurança e uma garantia da

inalterabilidade das transações, evitando burocracia e que demais riscos de violações sejam diminuídos nos valores. (DINH, 2017). Por assim dizer, a criptografia está relacionada com as informações, pois se garante a sua integridade, identidade e confidencialidade.

Dessa forma, os criptoativos utilizam a tecnologia peer-to-peer (para uma tradução fidedigna para a língua portuguesa: de par a par ou de ponto a ponto) no qual para ULRICH " significa um código aberto que não depende uma autoridade central, utilizando um sistema de pagamento global descentralizado" (ULRICH, 2014, p. 150). Exemplificando, há o Bitcoin, que diversamente dos demais criptoativos, essa criptomoeda possui um valor monetário alto, que para Fernando Ulrich é a "moeda digital *peer-to-peer* e o primeiro sistema de pagamentos global totalmente descentralizado" (ULRICH, 2014).

Insta salientar que mesmo estando em uma rede descentralizada, nessas relações de troca, consegue-se identicamente a origem pela codificação, onde não é permitido haver modificações por agentes externos ou ser violados (OLIVEIRA, 2012).

Ainda, vale indicar o conceito de Token, outra ideia importante ao tema, o qual pode ser entendido como a representação de um criptoativo, que é "emitido por uma entidade e passível de negociação [podendo] ser oferecido a investidores durante uma oferta pública ou privada" (DURAN et al., 2019, p. 2). Destaca-se que "quaisquer Tokens que não se configurem como valor mobiliário ou moeda eletrônica, no sistema jurídico brasileiro, são Criptoativos não-regulados" (DURAN et al., 2019, p. 5).

Esses sistemas utilizam de catalisadores que possibilitam a transição do mundo virtual para o mundo real livre de obstáculos, com descentralização e anonimato e são conhecidos como Exchanges, conceituados como: "plataformas por meio das quais os indivíduos operacionalizam a troca de ativos criptografados ou realizam a compra desses ativos por meio de moeda corrente nacional" (Gruppenmacher, 2019, P. 57).

Assim, essa transferência ocorre na transmissão de um ativo virtual de uma pessoa jurídica ou física a uma outra conta de ativo virtual. Em função disso, há as

recomendações para se caracterizar uma Exchanges que o grupo FATF (2019) criou:

(1) a troca entre ativos virtuais e moedas fiduciárias; (2) a troca entre uma ou mais formas de ativos virtuais; (3) a transferência de ativos virtuais; (4) a guarda e/ou a administração de ativos ou instrumentos virtuais, que permitam controle sobre ativos virtuais; e (5) a participação e a prestação de serviços financeiros relacionados à oferta de um emissor e/ou venda de um ativo virtual (FATF, 2019, p.57).

Curioso notar que: "Devido ao alcance, segurança e agilidade, os entusiastas das criptoativos defendem que elas se tornarão uma forte ameaça aos sistemas de liquidação de pagamentos existentes, capaz de viabilizar a criação de uma nova ordem monetária em substituição à ordem atual, baseada na moeda estatal e na moeda de crédito criada pelos bancos. Em razão da oferta de serviços de pagamento e de transferência de recursos em segurança, do custo relativo muito menor e do potencial de se tornar tão rápido quanto os meios de pagamentos atuais (CARVALHO et al., 2017).

No âmbito internacional, o primeiro país a ter uma criptomoeda como moeda oficial foi o país El Salvador, no ano de 2021 que regulamentou a partir da Lei do Bitcoin como moeda oficial do país, junto com o dólar, onde nesta lei traz explicação do conceito de Bitcoin, do seu funcionamento, suas características e as vantagens de sua implementação. (PIRES, Matheus Zucchetti, 2023).

Além disso, a Suíça possui parcerias público-privadas com a Swiss Blockchain Federation - Federação Suíça de Blockchain) que atuam na regulação e no incentivo a esse nicho de mercado em seu próprio território (ARAÚJO, Tayná; 2022).

Esse fator se deu a partir do Financial Action Task Force (FATF) ou em língua portuguesa Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) em meados de 2015, uma organização global intergovernamental que possui representantes nomeados dos Estados-Membros que trabalham para desenvolver recomendações e diretrizes sobre como seus membros devem formular políticas que visam o combate à lavagem de dinheiro e à vigilância financeira. Em caso de haver recusas, o Estado Membro pode sofrer graves consequências diplomáticas e financeiras, no qual há um grande debate sobre os ativos virtuais.

Devido o Brasil ser um Estado Membro desse grupo, diversos projetos de lei vêm sendo criados no Congresso Nacional para seguir as recomendações do FATF/GAFI e regulamentar o mercado de criptoativos.

Dessa forma, desde 2019, no Brasil há a Instrução Normativa 1888 que seguiu uma das recomendações do FATF/GAFI e determinou que as corretoras de criptomoedas precisam mensalmente passar à Receita Federal as informações sobre as operações realizadas por seus clientes, como os dados dos titulares envolvidos na transação, a quantidade de criptoativos, o valor das taxas de serviço e operação, conforme se extrai do artigo 6 dessa Instrução Normativa:

Art. 6º Fica obrigada à prestação das informações a que se refere o art. 1º:

I - a exchange de criptoativos domiciliada para fins tributários no Brasil;

II - a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no Brasil quando:

a) as operações forem realizadas em exchange domiciliada no exterior; ou

b) as operações não forem realizadas em exchange.

§ 1º No caso previsto no inciso II do caput, as informações deverão ser prestadas sempre que o valor mensal das operações, isolado ou conjuntamente, ultrapassar R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

§ 2º A obrigatoriedade de prestar informações aplica-se à pessoa física ou jurídica que realizar quaisquer das operações com criptoativos relacionadas a seguir:

I - compra e venda;

II - permuta;

III - doação;

IV - transferência de criptoativo para a exchange;

V - retirada de criptoativo da exchange;

VI - cessão temporária (aluguel);

VII - dação em pagamento;

VIII - emissão; e

IX - outras operações que impliquem em transferência de criptoativos.

Inovadoramente, em meados de 2023 foi sancionado o Marco Legal dos Bitcoins, a Lei nº 14.478 que dispôs sobre as diretrizes quanto a prestação de serviços virtuais ao dispor sobre o crime de fraude utilizando ativos virtuais, valores mobiliários ou ativos financeiros, bem como acrescenta no rol de crimes contra o sistema financeiro nacional e lavagem de dinheiro as prestadores de serviços de ativos virtuais como precursores desses delitos.

2.2 Justiça Midiática

Superado o entendimento conceitual sobre a base criminológica do Faraó dos Bitcoins, é importante mencionar diversos fatores que contribuem para a Seletividade dos Estereótipos, ou seja, como a mídia influencia a população a pensar e agir de determinado jeito. Conforme Eugenio Raúl Zaffaroni, “estes estereótipos permitem a catalogação dos criminosos que combinam com a imagem que corresponde à descrição fabricada, deixando de fora outros tipos de delinquentes (delinquência de colarinho branco, dourada, de trânsito, etc.).” (ZAFFARONI, 1991)

Nessa perspectiva surge a Teoria do Etiquetamento ou Teoria do Labeling Approach, que possui como precursores os autores interacionistas Howard S. Becker, Edwin M. Lemert e Edwin M. Shur e de acordo com Alessandro Baratta (2002, p. 88) essa teoria investiga “quem define ser o autor do crime, como é ele o desviante e quais os efeitos e condições para tornar o indivíduo um objeto de definição”. (BARATTA, 2002)

Sob tal perspectiva, o indivíduo sofre efeitos estigmatizantes por condutas desviantes construídas pela sociedade, assim, a mídia tem uma participação na construção do desvio perpetuado pelo indivíduo, ofertando à ele a qualidade que foi construída socialmente, o que não seria de fato a qualidade do ato que a pessoa veio a cometer, mas em sucintas palavras a consequência da aplicação de regras ditadas por determinados manipuladores, o que merece ser transcrito abaixo:

Análise da formação da “identidade” desviante, bem como para definir o “desvio secundário”, o que consiste no efeito do etiquetamento de “criminoso” à pessoa que recebe essa etiqueta; e outra em investigar o que constitui o “desvio” como característica imposta aos comportamentos e aos indivíduos, além de destacar a quem incumbe esse poder de atribuição, sendo neste caso as agências do controle social (BARATTA, Alessandro; 2002)

Por esse sentido, o doutrinador italiano Vittorio Manes realçou que: “a única forma de justiça eficaz e concreta é o substituto midiático da punição como única resposta contra a impunidade, auto atribuindo a mídia uma forma de imprópria suplência judiciária na fight against impunity, assim, pouco importa se o processo não confirmará as acusações e a sua celebração midiática, tornando intransponível

a diástase entre justiça percebida e justiça real, desorientado os espectadores com sentenças que talvez desmintam as antecipações culpabilizantes com a condenação que a opinião pública promete garantir” (MANES, Vittorio, 2023).

2.3 Método de Resolução de Casos - Gutachtenstil

Para resolver esses problemas, Heloísa Estellita e Luís Greco (2017) ilustram que o direito se desdobra a resolver problemas da vida em sociedade da forma mais justa, e assim, o método estruturado de resolução casos, o conhecido como *Gutachtenstil*, no qual é um método de resolução de casos que pode ser considerado uma importante ferramenta que oferta respostas a problemas reais e concretos, o que para esses autores consegue se distanciar da influência das decisões, interesses políticos e midiáticos e julgam conforme o próprio direito, com argumentações lógicas e concretas (ESTELITTA; GRECO, 2017), porquanto traz premissas justificantes às decisões, de modo que abre pouco espaço para arbitrariedades.

Com isso, o Método Estruturado de Resolução de Casos, o Gutachtenstil, segundo Heloísa Estellita é uma estrutura lógico jurídica a partir do conceito tripartido de crime (ESTELITTA, 2017), tal qual é o conceito analítico de crime, sendo considerado quando os elementos constitutivos de fato típico, ilicitude e culpabilidade forem atingidos.

Segundo Paulo Queiróz (2020, p. 193) o conceito analítico é um desdobramento do conceito formal de crime, sendo crime a infração à lei penal. Assim, Cleber Masson (2020, p. 54) entende que esse conceito reconhece o crime como seus substratos, o fato típico (composto por conduta, nexos causal e resultado, tipicidade), do ilícito e culpável, no qual este último abrange a potencial consciência da ilicitude, da imputabilidade e a inexigibilidade de conduta diversa. Por esses motivos, na falta de um desses elementos não restará configurada a infração penal.

Dessa forma, na Tipicidade quando "uma conduta se ajustar à descrição prevista na norma penal incriminadora, o que a torna jurídico-penalmente relevante” (QUEIRÓZ, 2020). Ou seja, em condutas que não se ajustam ao tipo penal será atípica para o Direito Penal.

No que toca à Ilicitude, quando uma conduta for contrária às leis do ordenamento jurídico de forma ampla sem justificantes legais das ações e da Culpabilidade “condições subjetivas que devem concorrer para que o autor seja merecedor de pena, caso contrário, será inculpável”. Por isso,

O direito se desenvolve equilibrando uma dupla exigência, uma de ordem sistemática, a elaboração de uma ordem jurídica coerente, a outra, de ordem pragmática, a busca de soluções aceitáveis pelo meio, porque estão conformes ao que lhe parece justo e razoável. (PERELMAN, 2004, p.238).

Segundo Guilherme Góes (2023. p. 7), o método de Gutachtenstil permite ao jurista identificar os problemas e as dificuldades de cada caso por meio dos elementos próprios do tipo penal, porquanto esses resultados fazem reorganizar as condutas e ações analisadas a partir da lei.

Ademais, de acordo com Diego Fernando Tarapués Sandino, Membro do Conselho de Administração de Acofade e Reitor da Faculdade de Direito da Universidade de Santiago de Cali, em 2020,

La evaluación desarrollada mediante la solución de casos prácticos que debe presentarse bajo el denominado estilo de informe o de dictamen (Gutachtenstil) representa un elemento medular de la formación jurídica en Alemania. Algo que ha estado presente desde el siglo XVIII en Prusia hasta sobreponerse como mecanismo estandarizado de evaluación a mitad del siglo pasado. Además de aprender lo contenido en la ley, la jurisprudencia y la doctrina, aquel que estudia Derecho en Alemania debe aprender a resolver ejercicios prácticos, desarrollando casos mediante el estilo de dictamen en cada una de las áreas del Derecho. (SANDINO, Diego; 2020)

Consoante a isso, esse Método possui o estilo de um relatório ou parecer realizado por um esquema argumentativo e sistemático de natureza indutiva e de forma silogística, onde em casos complexos e específicos da realidade propõe a capacidade cognitiva de se aplicar as noções fundamentais dogmáticas, por isso, que o Gutachtenstil está enraizado na cultura jurídica alemã, caracterizada pela análise dogmática e sistemática do direito positivo, conforme se extrai:

El Gutachtenstil no solo se aplica en las evaluaciones universitarias de todas las instituciones de educación superior públicas y privadas alemanas donde se forman los futuros juristas, sino que también se emplea en los dos

exámenes estatales (Juristische Staatsprüfungen) que se deben realizar al finalizar el plan de estudios (primer examen estatal exigido para titularse académicamente como jurista) y al terminar la inserción en el mundo jurídico práctico (segundo examen estatal exigido para habilitar el ejercicio profesional de la abogacía o de la judicatura). Es decir, esta metodología de evaluación es la única que se utiliza por todos los catedráticos universitarios alemanes y por el mismo Estado que, de manera escrita y oral, examina a los futuros juristas y abogados. (SANDINO, Diego; 2020)

Desse jeito, ao se resolver um caso com esse método, Diego Sandino ensina que a primeira coisa é: "apresentar o que hipoteticamente poderia ser a resolução do caso e, ao final, afirma-se o que veio a ser, após um rigoroso processo de revisão de cada elemento em ordem e de acordo com o esquema que corresponde ao respectivo caso a ser resolvido. Por exemplo, para resolver um caso apresentado em uma simples avaliação de Direito Penal que trata de um golpe que X dá intencionalmente para Y, a primeira coisa a fazer é analisar o normas do Código Penal que tratam desse tipo de conduta para afirmar se a conduta de X ao bater e ferir Y poderia ser punível de acordo com os artigos exatos sobre danos pessoais." (SANDINO, Diego; 2020).

Após isso, deve passar por um processo detalhado de análise de cada um dos elementos da estrutura do crime, para então verificar se de fato o caso a ser resolvido se ajusta aos elementos dogmáticos e a suscitar a existência de condutas puníveis, sempre recorrendo à conceituação (doutrinária e jurisprudencial) e concluindo preliminarmente, passo a passo, se a teoria exige o que acontece no caso prático.

Em razão disso, igual um juiz, o " estudante alemão deve proceder de maneira objetiva e neutra, segundo o estilo de redação de um parecer jurídico (o chamado Gutachtenstil). Seu pensamento, em termos do fundamento da pretensão (Anspruchsgrundlagen), e seu procedimento, correspondente ao mencionado Gutachtenstil, assemelha-se aos reflexos da técnica relacional no campo do direito material. Eles forçam um proceder rápido e eficiente, enfocando o caso presente e omitindo tudo o que não é relevante, com referência permanente ao sistema normativo." (Liebrecht, Johannes; 2015)

Exemplificando, nos casos de Crimes Comissivos Dolosos Consumados, que seriam aqueles crimes que os tipos penais traduzem comportamentos positivos (comissivos), com consciência e vontade, onde quer concretizar o tipo penal pela

ação, seja ela direta ou indireta (dolo) e consumados, quando reunidos todos os elementos que o tipo penal aborda (FRAGOSO, 1994, p. 241).

Destarte, para Damásio de Jesus a Consumação ocorre com a “total conformidade do fato praticado pelo agente com a hipótese abstrata descrita pela norma penal incriminadora” (JESUS, D. 1997). Posto isto, a análise pelo método de *Gutachtenstil* ocorreria do seguinte modo:

I. Tipicidade

1- Tipo Objetivo

- a) Conduta e características especiais da modalidade de conduta
- b) Qualidades especiais do autor (crimes próprios, de mão própria)
- c) objeto da conduta
- d) Resultado
- e) Nexo causal (artigo 13, caput do Código Penal)
- f) Imputação Objetiva
  - aa) Criação de um risco juridicamente desaprovado
  - bb) realização desse risco no resultado

2- Tipo Subjetivo

- a) conhecimento e vontade ao tempo da prática da conduta (artigo 18 inciso I do Código Penal)
- b) Elementos subjetivos especiais (por exemplo, no furto, artigo 155 caput do Código Penal, o fim de assenhoramento, para si ou para outrem)

II. Antijuridicidade

1. Legítima Defesa (artigo 25 do Código Penal)

- a) Situação de legítima defesa
- b) Ação de legítima defesa
- c) Vontade de Defesa

2. Estado de necessidades (artigo 24 do Código Penal)

- a) situação de necessidade
- b) ação de salvamento

c) vontade de salvamento

3. Consentimento

4. Outras causas de justificação (artigo 23 inciso III do Código Penal)

III Culpabilidade

1. Imputabilidade (artigo 26 e 27 do Código Penal)

2. Consciência da proibição (artigo 21 do Código Penal)

3. Causas de Inexigibilidade (principalmente artigo 22 do Código Penal)

IV. Condições Objetivas de Punibilidade

Dito isto, passamos à análise de cada tópico estruturado conforme a dogmática penal.

Dessa maneira, o Tipo é a " ferramenta fundamental para limitar o poder punitivo do Estado e determinar a liberdade de conduta dos cidadãos". (MARTINELLI; BEM, 2016), no qual, a primeira construção de tipo penal (Tatbestand) foi feita por Ernest von Beling que até hoje influencia a dogmática. De acordo com Zaffaroni, tipo é uma figura que resulta da imaginação do legislador, enquanto que o juízo de tipicidade é a averiguação que sobre uma conduta se efetua para saber se apresenta os caracteres imaginados pelo legislador. (Apud, MASSON, 2020, p. 225).

Seguindo esses entendimentos, o Tipo Objetivo seria a descrição da execução do crime, descrevendo as características da conduta até o resultado, assim, seja na forma da modalidade da conduta, como nas condições especiais do autor e até mesmo o objeto da conduta que irão gerar o resultado, a partir do nexos causal, em concordância com o artigo 13, caput do Código Penal.

Art. 13 - O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

Por esses fatores, o próximo passo de uma análise é quanto a Imputação Objetiva, que em simplórias palavras significa a realização da ação do autor

ocasiona um perigo, que não é coberto pelo risco permitido conforme o tipo penal, por isso, Claus Roxin (Apud Greco, 2005), o define como:

Um resultado causado pelo agente só pode ser imputado ao tipo objetivo se a conduta do autor criou um perigo para o bem jurídico não coberto pelo risco permitido e esse perigo também foi realizado no resultado concreto. (Apud GRECO, 2005)

No âmbito do Tipo Subjetivo, formado pelo Dolo e os elementos intrínsecos da conduta, a doutrina majoritária entende o Dolo como o conhecimento e a vontade da realização do Tipo Objetivo Ilícito, no qual, para Figueiredo Dias (2017): “o conhecimento (momento intelectual) e vontade (momento volitivo) de realização do facto (...) o agente ao actuar, conhece tudo quanto é necessário a uma correcta orientação da sua consciência ética para o desvalor jurídico que concretamente se liga às acções intentadas, para o seu carácter ilícito”. (DIAS, 2017)

A Antijuridicidade seria a contrariedade do fato típico ao Direito. Dessa forma, é: "Condición de un acto o hecho que es contrario al ordenamiento jurídico y por ello es susceptible de ser sancionado si concurren el resto de los elementos esenciales de la infracción administrativa – la tipicidad y la culpabilidad" (DIAS, 2017, p. 247). Em razão, disse Martinelli e do Bem explanam que o fato criminoso seria conhecido pelo ordenamento como tendente a essa característica (MARTINELLI; BEM, 2016). Assim, o sistema jurídico brasileiro se subdividirá em Legítima Defesa, Estado de Necessidade, Estricto cumprimento de um dever legal ou no Exercício do direito. Vejamos:

Para a Legítima Defesa, conforme o artigo 25 do Código Penal, os requisitos de uma agressão injusta atual ou iminente é a consecução de um direito próprio ou de terceiro e que haja a necessidade e moderação dos meios empregados, *ipsis litteris*,

Art. 25 - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
Parágrafo único. Observados os requisitos previstos no caput deste artigo, considera-se também em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.

De acordo com Paulo Queiroz (2020), neste ponto deve-se pressupor um ataque ou agressão de um terceiro (humano) que venha a lesionar ou ameaçar o bem jurídico próprio ou alheio. Assim, deverá ser um ataque ou agressão injusto, ilícito que está ocorrendo ou prestes a ocorrer, por essa razão a ação e reação (defesa de seu direito) deve ser proporcional, sob pena de ser considerado excessos em virtude do arbítrio caracterizado.

Quanto ao Estado de necessidade, de acordo com o artigo 24 do Código Penal, há os requisitos da existência de perigo atual e inevitável, não provocado pelo agente, e este não possui o dever legal de enfrentar esse tal perigo, bem como essa ameaça ser de seu direito ou de um direito alheio, sendo inviável o sacrifício, por isso merece ser transcrito, in verbis,

Art. 24 - Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

§ 1º - Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

§ 2º - Embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.

A situação de necessidade, é considerada pela doutrina brasileira como uma autêntica causa de justificação, diversamente do que considera a doutrina estrangeira entre estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante, conforme a teoria diferenciadora, haja vista que o Código Penal Brasileiro adotou a Teoria Unitária.

Dessa maneira, Fragoso entende que “A legislação vigente, adotando a fórmula unitária para o Estado de Necessidade e aludindo apenas ao sacrifício de um bem que, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, compreende impropriamente também o caso de bens de igual valor (é o caso do naufrago que, para reter a única tábua do salvamento, sacrifica o outro). Em tais casos subsiste a ilicitude e o que realmente ocorre é o estado de necessidade excludente da culpa (inefabilidade de outra conduta).” (FRAGOSO, 1994)

Nessa linhagem, João Paulo Martinelli e Leonardo Schmitt de Bem ensinam que o estrito cumprimento do dever legal é realizado a “quem cumpre uma ordem legal e não pode ser punido, ainda que seu comportamento represente aparente

lesão a um bem jurídico”. Ainda ensinam que: “exercer um direito, previsto em lei, dentro dos limites impostos, não pode configurar crime” (MARTINELLI; BEM, 2016).

Em vista disso, diversas teorias buscavam ideias para a proteção de bens jurídicos, como a hipótese do Consentimento do Ofendido como causa supralegal de justificação, não constante das normas jurídicas brasileiras. Assim, Martinelli (2016, p. 542) entende que é "o acordo livre, a concordância e a aceitação livre de que o bem jurídico próprio ou alheio seja lesionado" (MARTINELLI; BEM, 2016).

No âmbito da Culpabilidade, que seria um juízo de reprovação que recai sobre o autor de um fato típico e ilícito ao exigir um comportamento diverso, por isso é a “exigibilidade e inculpabilidade é inexigibilidade”(QUEIROZ, 2020). No qual se subdivide em imputabilidade ou capacidade de culpabilidade, conhecimento potencial da ilicitude do fato e a exigibilidade de conduta diversa.

Na imputabilidade, Cléber Masson (2019, p. 375) entende que é a capacidade mental do ser humano de no tempo da ação ou omissão de entender o caráter ilícito do fato realizado, assim, no Código Penal é preceituada nos artigos 26 e 27, conforme se extrai,

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Parágrafo único - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Art. 27 - Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

No que tange à Potencial Consciência da Ilcitude ou Consciência da Proibição é caracterizada pelo entendimento de que o autor tenha o entendimento do crime e do seu comportamento, segundo o Código Penal, em seu artigo 21:

Art. 21 - O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

Parágrafo único - Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

Dessa maneira, a exigibilidade de conduta diversa ou as causas de inexigibilidade, estão dispostas no artigo 22 do Código Penal e é o elemento da culpabilidade que Reinhart Frank (2002, p. 28), entende ser quando o agente prefere violar a lei penal, os percursos a se desenvolver, por isso, essa teoria entende ser a prática de uma infração penal, como a coação moral irresistível e obediência hierárquica.

Art. 22 - Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

Posto isto, evidencia-se a importância do estudo da Teoria do Crime para a compreensão dos institutos da Dogmática do Direito Penal, o que corrobora para auxiliar o Operador do Direito na estruturação dos delitos, isto é, na concatenação e aplicação da dogmática por meio do Método de Gutachtenstil.

3. APLICABILIDADE PRÁTICA NO CASO DO “FARAÓ DOS BITCOINS”

A Metodologia de Pesquisa escolhida foi o de abordagem Qualitativa onde por meio do Método de Resolução de Casos de forma Estruturada, próprio do direito alemão, o Gutachtenstil, muito utilizado para resolver questões do direito em caso complexo de difícil resolução, também incontroverso por intermédio do tipo penal e dos conceitos de dogmática penal usa-se a estruturação de resolução de casos sobre as questões da teoria do delito identificando qual melhor caminho e resolução do caso do Faraó dos Bitcoins.

Dessa forma, a pesquisa será realizada através de livros, tanto físicos como digitais, por meio de buscas na internet, coletânea de resolução de outros casos para entender como será a aplicabilidade e concretude de um método alemão no direito brasileiro.

Quanto ao método de análise houve um passo a passo específico para a contribuição eficaz da resolução do caso em questão. Isso ocorre, devido os pesquisadores Hall e Wright entenderem que os critérios de seleção sistemática de

casos são replicáveis e permitem que outros pesquisadores possam repetir os mesmos passos para ter acesso às mesmas decisões, o que confere maior objetividade científica ao trabalho de análise de conteúdo.

Em razão disso, tal método inicia-se com uma pergunta se o acusado seria punível com este delito, onde a partir disso, haverá a análise de cada ponto da teoria do delito, dentro dos aspectos objetivos e subjetivos da tipicidade, e no final estará concluído qual seria o delito mais apropriado para este caso complexo.

Por assim ser, a cada dia mais novas investigações e novas provas vêm surgindo quanto ao caso discutido, o do Faraó dos Bitcoins, por isso, foi importante delimitar a estrutura do caso quanto ao já conhecido pelo judiciário até o mês de março de 2023 e estipular hipoteticamente quais as principais condutas, para posteriormente adequar cada ação praticada com as etapas da tipicidade objetiva e subjetiva.

Insta salientar que no presente estudo, apesar desse caso envolver o tema de Concurso de Pessoas, preferiu-se não realizar uma análise desse ponto de vista, disciplinados no artigo 29 do Código Penal, pelo fator do tempo de realização desse trabalho, e por isso, para ser mais objetivo e geral optou-se por essa análise mais sucinta.

O método de resolução de casos é uma organização sistemática dos requisitos legais construídos a partir das leis, muito ensinado nas escolas das faculdades alemãs e ainda pouco utilizado no direito brasileiro. Tal método é de fácil entendimento, permitindo a cognição do raciocínio lógico mais coesa.

Destarte, pelo fato do caso do Faraó dos Bitcoins ser um crime comissivo doloso, ou seja, a ação praticada pelo agente Glaidson dos Santos é de forma positiva, e assim, será analisado a conduta por meio do esquema de um tipo penal específico, destrinchando os requisitos objetivos de a) conduta; b) resultado; c) nexos casual (artigo 13 caput do Código Penal), d) imputação objetiva, dentro dela a criação de um risco juridicamente desaprovado e a realização desse risco no resultado. E após isso, a análise dos tipos subjetivos, como: a) conhecimento e vontade ao tempo da prática da conduta (artigo 18, inciso I do Código Penal); b) elementos subjetivos especiais. Outrossim, na antijuridicidade, a a) legítima defesa; b) estado de necessidade; c) consentimento; e) outras causas de justificação. E ainda a culpabilidade, sejam elas: a) a imputabilidade; b) consciência da proibição e

c) causas de inexigibilidade. Por fim, as condições objetivas de punibilidade, se houver.

Dessa maneira, após essa análise da teoria geral do direito no caso estudado será possível concluir em qual tipo penal Glaydson dos Santos, o Faraó dos Bitcoins deve ser punível e comparar com a sentença do judiciário brasileiro que o condenou.

O Caso do Faraó dos Bitcoins foi muito noticiado na mídia brasileira, onde GLAIDSON ACÁCIO DOS SANTOS foi denunciado pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro como incurso nas sanções penais do artigo 171 cumulado com o artigo 69 (duas vezes), ambos do Código Penal.

A conduta perpetrada no ano de 2022 pelo Faraó dos Bitcoins foram condutas com operações bilionárias de criptomoedas de formas fraudulentas no mercado financeiro nacional e internacional, onde ludibriaram as vítimas com propostas de retornos financeiros milionários e investiram no tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, há diversos processos em andamento contra esse autor por ter agido como uma Organização Criminosa, ocultando e dissimulando a origem e a localização desses bens virtuais.

Nesse caso, a empresa GAS Consultoria e Tecnologia era uma empresa que ofertava de maneira pública valores mobiliários que não possuíam registros ou dispensas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e operação fraudulenta dentro do mercado de valores mobiliário, onde estaria oferecendo um contrato de investimento coletivo, por intermédio de um Esquema Piramidal, que no período de 2015 a 2022 realizou mais de R\$ 38 bilhões em operações realizadas com 6.249 pessoas físicas e 2.727 pessoas jurídicas.

Na denúncia do Ministério Público Federal foram aproximadamente R\$ 9,3 milhões de reais em forma de criptomoedas enviados de forma irregular para diversos países, seja para aquisição de bens móveis e a guarda de dinheiro em paraísos fiscais, bem como a aquisição de um avião de 19 lugares avaliado em praticamente R\$ 4 milhões de reais.

De acordo com o processo público nº 0013382-83.2022.8.19.0002 em tramitação na 4ª Vara Criminal do estado do Rio de Janeiro, conforme decisão do dia 24/05/2022, a douta Magistrada considerou estar preenchido o artigo 41 do Código de Processo Penal ao indicar os indícios suficientes de autoria e materialidade para a deflagração da ação penal, bem como pronunciou-se sobre a existência material da infração demonstrada pelo acervo informativo já recrutado, que abriga indícios

suficientes da autoria em desfavor do acusado, por inúmeros processos que tramitam no judiciário na esfera cível e criminal, da justiça estadual e federal.

Ademais, considerou que o réu por intermédio da pessoa jurídica por ele constituído, lesou economicamente diversas vítimas, sendo certo que tais fatos foram e continuam sendo amplamente divulgados na imprensa, e inúmeras vítimas continuam aparecendo dia após dia.

A partir dessas informações desse caso real, propôs a delimitação no seguinte caso hipotético (com datas fictícias para haver maior objetividade científica e com a exclusão das condutas de “investir no tráfico e drogas da cidade do Rio de Janeiro”) para que a problemática desse trabalho seja solucionada:

"Glaudson Acácio e sua esposa, no dia 24 de janeiro de 2022, na cidade do Rio de Janeiro, proprietário da empresa GAS Consultoria e Tecnologia, uma empresa que ofertava de maneira pública valores mobiliários que não possuíam registros ou dispensas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com operação fraudulenta dentro do mercado de valores mobiliário, na rede mundial de computadores, por meio das redes sociais ofertava propostas de retorno financeiro bilionários ao se terem investimentos na sua empresa, assim, milhares de pessoas, como a vítima TÍCIO, MÉVIO, CAIO ao acreditarem ser futuro da humanidade, de terem moedas novas e que seriam totalmente inovadoras, aceitaram a proposta e começaram a investir, sonhando com os retornos financeiros que teriam. Por essa razão começaram a planejar suas vidas futuras, haja vista que acreditavam na promessa de que haveria altas remunerações. Passados um tempo, sem retorno do dinheiro e muito menos de juros, correções monetárias ou quaisquer valores, as vítimas suspeitam terem caído em golpe, por isso, ao procurarem juristas descobrem que essa empresa não possuía autorização da casa de câmbio para efetuar a compra e venda, seja de moeda estrangeira como de moeda virtual, e que caíram em um golpe virtual, onde os dinheiro empregados já tinham sido ocultados por meio de transações comerciais para Paraísos Fiscais, ocultando assim a origem desses bitcoins. Pergunta-se: Qual a punibilidade de Glaudson Acácio?"

3.1 Análises dos Tipos Penais

A partir do presente caso pode-se refletir e destrinchar por meio dos tipos penais qual seria a correta delimitação da Punibilidade de Glaudson Acácio, assim, passa-se a análise de cada tipo penal sugerido para a presente pesquisa, o de estelionato, contra o sistema financeiro, lavagem de dinheiro e o novo tipo penal de estelionato por ativos financeiros. A presente delimitação para esse caso foi devido às notícias veiculadas pela mídia, onde buscou-se através do Google, as principais notícias que comentavam esse caso e em quais tipificações legais abordaram, bem como pela tipificação oferecida na denúncia do Ministério Público.

3.1.1 Punibilidade quanto a Estelionato

O delito de Estelionato é “um crime que apresenta grande complexidade estrutural tipológica” (BITENCOURT, 2008, p. 234). Conforme a descrição típica do Código Penal, em seu artigo 171 caput, in verbis:

Artigo 171 do Código Penal - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, de quinhentos mil reais a dez contos de réis.

Assim, tal delito se caracteriza por meio de uma Fraude, onde o *artifício* é a fraude material, na qual há uma alteração exterior da coisa: falsidade, disfarce, uso de aparelhos eletrônicos etc. *Ardil* já é a astúcia, e malícia, ou seja, uma fraude puramente intelectual, sem a base material do artifício (HUNGRIA, 1980, p. 204. NORONHA, 1952, p. 130-131).

Nessa mesma linhagem é o entendimento do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo, onde entendeu que “Comumente a fraude para assegurar o próprio êxito, procura cercar-se de uma certa encenação material (artifício) ou recorre a expedientes mais ou menos insidiosos ou astutos (ardis), para provocar ou manter (entreter, fazer persistir, reforçar) o erro da vítima. Às vezes, porém, prescinde de qualquer *mise-en-scène* ou estratégia, alcançando sucesso com a simples omissão do dever de falar. Não se pode, pois, negar as *nudum mandatium*, ao silêncio doloso, à reticência maliciosa, ao engano por sugestão implícita o caráter de meio fraudulento” (TACRIM-SP – HC – Rel. Segurado Braz – JUTACRIM 90/101).

Ademais, outra característica primordial desse tipo penal é o Erro, ou seja, uma falsa percepção da realidade, o qual deve manter alguém a ser induzido ou mantido em erro sem possuir noção do crime que está ocorrendo. Nesta linhagem, para Regis Prado, é uma representação mental que não corresponde à realidade (PRADO, 2000), para Costa Jr (1997) é um “fato meramente cognoscitivo” e para Nelson Hungria é a falsa ou falsa ou nenhuma representação da realidade concreta, funcionando como vício do consentimento da vítima” (Apud. HUNGRIA, 1980). Por fim, deve haver o prejuízo efetivo da vítima com a entrega da coisa, por meio desse dano patrimonial efetivo.

No presente caso, a análise de Gutachtenstil seria conceituada da seguinte forma:

I. Tipicidade

1- Tipo Objetivo

a) Conduta e características especiais da modalidade de conduta:
Fraude por meio Ardil por parte de Gldison

b) Qualidades especiais do autor: Crime comum, por não exigir qualquer qualidade especial do sujeito.

c) objeto da conduta: meio Ardil

d) Resultado: aplicação dos golpes nas vítimas A,B,C

e) Nexo causal (artigo 13, caput do Código Penal): há nexos de causalidade da conduta de Gldison com o resultado da ludibriação das vítimas A,B,C e na entrega dos dinheiro virtuais.

f) Imputação Objetiva

aa) Criação de um risco juridicamente desaprovado: o fato de Gldison fazer transações financeiras ilegais gerou o risco juridicamente desaprovado na sociedade e nas leis penais.

bb) realização desse risco no resultado: o resultado de golpes financeiros gerou a realização de um risco no resultado.

2- Tipo Subjetivo

a) Dolo: conhecimento e vontade ao tempo da prática da conduta (artigo 18 inciso I do Código Penal)

b) Elementos subjetivos especiais: para si ou para outrem

II Antijuridicidade: presente

III Culpabilidade: presente

3.1.2 Punibilidade quanto ao Crime Contra o Sistema Financeiro Nacional – Evasão de Divisas

O Crime de Evasão de Divisas disciplinado pela Lei 7.492, que definiu os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, em seu artigo 22 pode ser transcrito da seguinte forma:

Artigo 22 - Efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas do País: Pena - Reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

Esse delito de mera conduta, ou seja, consuma-se independente do resultado, já que consuma-se com a mera efetivação da operação de câmbio não regulamentada pelas autoridades competentes, como o CVM. Outro fator a ser considerado é ser uma Norma Penal em Branco, ou seja, as operações que o tipo penal exigem devem ser consideradas como em desconformidade com as diretrizes e as normas cambiais vigentes

Dessa forma, para Luiz Regis Prado, a operação de câmbio disposta nesse tipo penal se refere às operações de compra e venda de moedas estrangeiras. No qual, a expressão “não autorizada” prevista no caput, “não significa que cada operação de câmbio tenha que receber uma autorização específica, individual, a priori, como pode parecer à primeira vista, mas quer dizer que a operação de câmbio não pode ser realizada em desconformidade com as normas cambiais incidentes” (PRADO, 2019).

Hodiernamente, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende ser possível a configuração do crime de lavagem de dinheiro por meio do delito de evasão de divisas. No caso de se considerar também a jurisprudência da Corte Superior em ser o crime contra o Sistema Financeiro Nacional um instrumento

—infração penal antecedente — para a consecução do delito de Lavagem. Na análise estruturada tem-se que:

I. Tipicidade

1- Tipo Objetivo

a) Conduta e características especiais da modalidade de conduta: a conduta de lavar dinheiro por meio de bitcoins não regulamentados.

b) Qualidades especiais do autor: é um crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa.

c) objeto da conduta: as moedas virtuais utilizadas nas operações de câmbio. Contudo, no presente caso não se abordou questões de trocas monetárias, descaracterizando o objeto da conduta no presente caso.

d) Resultado: as operações de câmbio que não estavam regulamentadas.

e) Nexu causal (artigo 13, caput do Código Penal): a saídas e transferências bilionárias dos valores monetários obtidos ilegalmente e sem autorizações, onde foi mantido em depósitos nos exterior e não declarados à Receita Federal.

2- Tipo Subjetivo

a) conhecimento e vontade ao tempo da prática da conduta (artigo 18 inciso I do Código Penal): teve a intenção e a vontade de praticar, haja vista a quantidade bilionária que foi mantida em paraísos fiscais.

As causas de Antijuridicidade foram negativas e as de Culpabilidade positiva.

Com base nos fatos e documentos apresentados nesse estudo, os débitos das transferências por bitcoins para os paraísos fiscais por criptomoedas não comprovou a troca para dólar ou euro, motivo pelo qual não se punirá a conduta de Acácio dos Santos, haja vista que o objeto material desse crime foi diverso do perpetuado.

3.1.3 Punibilidade quanto a Lavagem de Dinheiro

O delito da Lavagem de Dinheiro é disciplinado na Lei 9.613/98, em seu artigo 1º, disciplina que será configurado crime ao

Art. 1ª Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal. Pena: reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal:

I - os converte em ativos lícitos;

II - os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere;

III - importa ou exporta bens com valores não correspondentes aos verdadeiros.

§ 2º Incorre, ainda, na mesma pena quem:

I - utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores provenientes de infração penal;

II - participa de grupo, associação ou escritório tendo conhecimento de que sua atividade principal ou secundária é dirigida à prática de crimes previstos nesta Lei.

Nesse tipo penal, incrimina “quem utiliza na atividade econômica ou financeira bens, direitos ou valores que sabe — direta ou indireta/eventualmente — serem provenientes de infração penal, e assim — admite como consequência possível de sua conduta.” (MENDRONI, Marcelo, 2018). Assim, tal crime se consuma no momento que há a ação de “ocultar” ou “dissimular” seja a natureza, origem, localização, disposição do bem, direito ou valor.

Aliás, cabe ressaltar que há fases no crime de lavagem, na primeira é a ocultação e na segunda a dissimulação, estratificação ou escurecimento, que acontece no ato - ou conjunto de atos - praticados pelo agente a fim de disfarçar a origem ilícita do ativo, seja com a efetivação de transações, as conversões e até mesmo as movimentações (MENDRONI, 2018).

O Grupo de Ação Financeira Internacional — GAFI — ou Financial Action Task Force on Money Laundering — FATF — ou Groupe d’Action Financière sur le blanchiment des capitaux — GAGI) é um organismo intergovernamental criado em

1989 pelos sete países mais ricos do mundo com o objetivo de prescrever medidas de combate a lavagem de dinheiro.

Segundo Francisco de Assis Betti:

os crimes econômicos são crimes que tenham a constatação da ausência de valoração social negativa, que procede de vários fatores: apego excessivo aos bens materiais, como o lucro, egoísmo exagerado dos detentores do capital, que devotam total desprezo às classes menos favorecidas e a certeza da impunidade, assim, a maioria desses crimes, as provas são mal produzidas, os fatos são de difícil apuração, exigindo assessoria técnica especializada nas diversas áreas de se originaram, culminando, quase sempre na impunidade. (ASSIS, Francisco, 2009)

Em vista disso, revela-se a facilidade dos Bitcoins nos delitos informáticos quanto a este tipo da lavagem de dinheiro, por meio da descentralização, pseudoanonimato das transações e a globalidade dessas moedas virtuais, porquanto, “o Bitcoin se apresenta como um meio inédito para realização de transações financeiras internacionais, a natureza pública de sua blockchain tonta possível ao Estado realizar a monitoração desse ambiente de maneira muito maior ao sistema financeiro tradicional” (MORAES, Felipe, 2023).

Por isso que há a facilidade de movimentação de dinheiro que pode tornar possível que os valores ilícitos alcancem indivíduos que se dedicam no processo da lavagem de capitais, seja dos meios tradicionais ou inéditos, como foi o presente caso, do Faraó dos Bitcoins, conforme a análise de Punibilidade que se segue:

I. Tipicidade

1- Tipo Objetivo

a) Conduta e características especiais da modalidade de conduta: a conduta de Gleadson dos Santos, foi a de oferecer na rede mundial de computadores valores mobiliários sem os registros da autoridades competentes, assim, o agente anunciou de forma fingindo valores comerciais que sabia não existir validade jurídica, praticou o crime antecedente de estelionato.

Dessa forma, nota-se que para a concretização desse crime, constatou que o agente praticou o crime antecedente de Estelionato, por isso, que a dissimulação dos valores foi caracterizado, haja vista o crescimento do fluxo bancário

provenientes dessa atividade criminosa, utilizando como uma forma de “maquiar” as vendas até então lícitas no mercado comercial brasileiro.

b) Qualidades especiais do autor: crime comum, sem exigir qualidade especial do autor.

c) objeto da conduta: ofender a administração da justiça ao dissimular a destinação dos dinheiro ludibriados pelas vítimas e subverter a ordem socioeconômica populacional.

d) Resultado - diversas vítimas entregaram o dinheiro pensando nos resultados monetários.

e) Nexo causal (artigo 13, caput do Código Penal): a conduta positiva de Acácio dos Santos gerou o resultado de diversas vítimas enganadas, o que deve ser imputado.

f) Imputação Objetiva

aa) Criação de um risco juridicamente desaprovado: risco desaprovado na sociedade e na ordem econômica brasileira e mundialmente

bb) realização desse risco no resultado: esse risco foi perpetuado e ocasiona riscos para mais pessoas caírem, haja vista o grau de fidedignidade que se passava sobre os ativos virtuais vendidos.

2- Tipo Subjetivo

a) conhecimento e vontade ao tempo da prática da conduta (artigo 18 inciso I do Código Penal): Acácio dos Santos ao tempo da ação mostrou-se com o intento de perpetuar tais crimes a fim de se tornar bilionário. Contudo, merece uma análise mais detida a partir de seus interrogatórios judiciais, razão pela qual não se pode comprovar-se com absoluta certeza, mas sim hipoteticamente ao deduzir tais ações, por isso que pelo princípio do Nemo Tenetur se Detegere não se deverá incriminar por essa análise.

Nesse sentido, de acordo com Marcelo Batlouni Mendroni, "Como a Lei refere a necessidade de “conhecimento” da atividade de lavagem, como principal ou secundária, não se pode admitir o dolo indireto eventual e sim o dolo indireto alternativo para a configuração do crime. Não basta que o agente “desconfie” da atividade criminosa do grupo, associação ou escritório. Há que se provar, pelos meios possíveis (por exemplo, escuta telefônica), que tal pessoa “tinha conhecimento” das ações criminosas. Mais. É preciso haver nexos causal entre a sua

atividade e aquela desenvolvida pelo grupo, associação ou escritório, não bastando trabalhar, ou efetuar tarefas no mesmo ambiente de trabalho.” (MENDRONI, 2023)

II. Antijuridicidade: pela conduta do agente não se identificou elementos exculpantes de antijuridicidade

III Culpabilidade: pela sua maioria penal, sujeito capaz de ser responsabilizado penalmente, sem possuir causa de inexigibilidade ou outras condições objetivas que excluiria sua conduta, evidenciou-se que a conduta seria punível.

3.1.4. Punibilidade quanto ao Novo Tipo Penal de Estelionato (artigo 171-A)

O novo tipo penal regulamenta o crime de estelionato por meio de ativos virtuais, valores mobiliários ou quaisquer ativos financeiros, isso quer dizer que são produtos já negociados por instituições financeiras (ou equiparadas), como bancos e gestoras.

Dessa forma, segundo Carlos Wehrs e Felipe Gonçalves: "No caso concreto, a conduta de um indivíduo que, por exemplo, gerir uma carteira de criptoativos, em prejuízo alheio, com o fim de obter vantagem ilícita, mediante fraude, se subsumiria ao artigo 171-A do Código Penal, com pena de quatro a oito anos de reclusão, mas também poderia caracterizar o crime de gestão fraudulenta ou algum dos outros crimes específicos previstos na Lei nº 7.492/86." (Wehrs; Gonçalves, 2023).

Por essa razão, esse tipo penal merece ser transcrito para posteriormente se passar à análise quanto ao método de resolução:

Art. 171-A. Organizar, gerir, ofertar ou distribuir carteiras ou intermediar operações que envolvam ativos virtuais, valores mobiliários ou quaisquer ativos financeiros com o fim de obter vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa

I. Tipicidade

1- Tipo Objetivo

a) Conduta e características especiais da modalidade de conduta: a conduta de enganar as vítimas a comprarem moedas virtuais acreditando estarem regulamentadas.

b) Qualidades especiais do autor (crimes próprios, de mão própria): crime comum, podendo ser perpetrado por qualquer pessoa.

c) objeto da conduta: moedas virtuais, os Bitcoins.

d) Resultado: diversas transferências bancárias milionárias pela fraude das vítimas.

e) Nexo causal (artigo 13, caput do Código Penal): o réu juntamente a sua organização criminosa teria operado essa instituição financeira ilegalmente por intermédio das redes sociais, captando e aplicando recursos financeiros de terceiros em moeda virtual, bem como teriam emitido, oferecido e negociado valores mobiliários de criptoativos, sem dispor de autorização do Banco Central ou da Comissão de Valores Mobiliários.

2- Tipo Subjetivo

a) conhecimento e vontade ao tempo da prática da conduta (artigo 18 inciso I do Código Penal): não se havia conhecimento por parte do réu de que essa conduta caracterizaria um delito, assim, na época dos fatos o autor não possuía o conhecimento do delito e a vontade de praticar tal crime em questão.

b) Elementos subjetivos especiais (por exemplo, no furto, artigo 155 caput do Código Penal, o fim de assenhoramento, para si ou para outrem): não se pode mensurar o dolo de conduta desconhecida penalmente pensando.

II. Antijuridicidade: não foram encontradas causas de antijuridicidade que pudessem excluir a conduta do agente.

III Culpabilidade

1. Imputabilidade (art 26 e 27 do Código Penal): agente capaz e imputável.

2. Consciência da proibição (artigo 21 do Código Penal): foi encontrada causa de consciência da proibição, porquanto à época dos fatos, o autor não poderia mensurar que abordaria as moedas virtuais, e ainda o tipo penal em debate não se

tinha vigência, incorrendo em erro de proibição disposto no artigo 21, caput do Código Penal, conforme se segue:

Art. 21 – O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

Em vista disso, comprovou-se que não se puniria a conduta de Glaydson dos Santos quanto ao delito de estelionato do artigo 171-A.

Quanto a essa esquematização, a dogmática penal estabelece de praxe o *tempus delicti*, que serve para identificar as legislações vigentes no momento da prática do fato, como se fosse um “marco temporal de aplicação legislativa” (DIAS, Figueiredo 2012).

Por essa razão, o Código Penal disciplina em seu artigo 4º que: “Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado” (BRASIL, Decreto-Lei 2.848/40). Além disso, na Constituição Federal há a asseguuração desse direito no rol de direitos fundamentais como uma garantia constitucional, estabelecendo no artigo 5, inciso XL: “ a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu” (BRASIL, Constituição Federal de 1988).

Para as teorias do Processo Penal, essa hipótese é centrada no “*tempus regit actum*”, concretizado pelo artigo 2º do Código de Processo Penal, que diz: “A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.” (BRASIL, Decreto-Lei 3.689/41).

Dessa forma, para verificar a possibilidade da aplicação desse tipo penal de Estelionato por ativos virtuais, é importante mensurar o momento da prática do fato, perpetrados no ano de 2022, mais especificamente em “24 de janeiro de 2022”, por essa razão esse novo tipo penal não deve ser aplicado, haja vista que sua vigência ocorreu em 180 dias após sua publicação do dia 21 de dezembro de 2022, conforme a lei nº 14.478/22, momento posterior à prática delitiva.

4. CONCLUSÃO

No ano de 2022 na mídia brasileira foi muito divulgado sobre a prisão preventiva de Glaydson Acácio dos Santos por estar agindo conluio com uma organização criminosa e terem praticado diversos crimes complexos e tecnológicos. Esses atos elucidam a subversão de todas as balizas e garantias constitucionais, bem como a própria razão da existência do sistema criminal, ao acarretar uma grande seletividade penal quanto às tipologias linguísticas que o acusado deve responder.

Dito isso, a mídia consegue construir dogmas sociais para conduzir os resultados da "criminalidade do andar de cima", como alguns autores entendem, como fez no caso da Lava Jato.

Em razão disso, notou-se a problemática da presente pesquisa, a dificuldade do judiciário brasileiro se ater linguisticamente ao que os Tipos Penais preceituam e não meramente seguindo o entendimento midiático ou dos grupos sociais, por que em crimes complexos além dos inúmeros crimes cometidos, há grandes influências para seguir a determinados resultados populacionais.

Por esses motivos, em razão da dificuldade de se enquadrar a conduta do Faraó dos Bitcoins nos diversos tipos penais existentes nas legislações penais e a influência midiática neste caso, buscou-se estratégias para que os juristas consigam efetivamente aplicar o Direito, instrumentalizado à Teoria do Labelgin Approach, diversamente do que mídia etiquetou a ser considerado criminoso por determinado delito e sim como de fato praticou.

À vista disso, procurou-se em casos semelhantes como o Direito Comparado poderia auxiliar, e identificou-se que na Alemanha, as Universidades ensinam desde o primeiro período das faculdades de Direito, os Métodos Estruturais de Resolução de Casos, o qual foi filiado ao de *Gutachtenstil*, por abordar de maneira estruturada como se chegar nos resultados ao aplicar o Direito puro, isto é, os tipos penais de maneira fiel, seguindo o que as normas ditam e não por influências externas ao processo.

Nessa concepção diversas teorias de Argumentação jurídica procuram propor resoluções coesas, como a de Chaim Perelman, que busca compreender um silogismo — dedução — por meio desse raciocínio jurídico, o qual segue o modelo

formal descrito no tipo penal obtendo a dedução/conclusão de êxito por meio de uma decisão jurídica *stricto sensu*.

A primeira hipótese desta pesquisa foi: (i) "é possível a aplicabilidade de um método alemão no direito brasileiro?" E ao decorrer desse trabalho pode notar que essa hipótese foi considerada VERDADEIRA, já que por mais que seja de praxe as universidades brasileiras adotarem metodologias ensinando os tipos penais, ainda não se tinham análises por meio de Estruturações Tipológicas. Por essa razão a aplicabilidade deste método tradicional na Alemanha, que é da cultura dos ensinamentos jurídicos alemães e principalmente adotado nos Exames de Estado (*Juristische Staatsprüfungen*), contribui muito para o direito brasileiro ao se ater a uma penalização concreta e coerente com a dogmática penal.

Insta salientar o fato de que:

Aunque cada modelo obedece siempre a características particulares de cada país y, por eso, no debemos propender por la adopción y trasplante irresponsable y descontextualizado de cualquier sistema, debemos ser conscientes de que los métodos de evaluación juegan un papel importante a la hora de formar y examinar a los futuros abogados. Dependiendo del enfoque que le demos, estaremos dando mayores competencias para articular de manera consistente los desarrollos teóricos sistemáticos con los eventuales retos fácticos que en el día a día se pueden presentar. (SANDINO, Diego; 2020)

Por consequência, a segunda hipótese: (ii) "O método de Gutachtenstil aplicado ao caso do faraó dos bitcoins teve resultado diverso do aplicado pelo judiciário brasileiro?" Foi considerada VERDADEIRA, haja vista que a denúncia perpetuada pelo Ministério Público foi crime de estelionato e realmente foi comprovado cientificamente pelo método alemão de que o Faraó dos Bitcoins, no caso real-hipotético praticou esse crime.

Entretanto, a sentença condenou no crime de Evasão de Divisas, mas conforme a análise pela ausência do objeto material específico por esse tipo, não se encontrou a punibilidade ao crime de Evasão de Divisas. No decorrer da estruturação do Método notou que o crime de Evasão de Divisas não se enquadra no presente caso, porquanto no presente caso há fortes comprovações de elementos e indícios de gerenciamento de empresas de forma fraudulenta, onde ludibriaram as pessoas nas redes sociais com o objetivo de vender valores

mobiliários não regulamentados e que posteriormente não restituíram como as promessas que tinham sido realizadas.

A última hipótese que norteou essa pesquisa foi: (iii) "São puníveis os envolvidos? Em qual tipificação legal é mais apropriada a casos complexos como este?" Foi considerada VERDADEIRA, já que serão punidos pelo crime de estelionato que foi um meio para a consecução do crime de Lavagem de Dinheiro com Bitcoins, haja vista que conforme o caso relatado houve grandes transferências bancárias das vítimas nas compras de criptomoedas, moedas virtuais de Bitcoins.

Dessa forma, com esses estudos espera-se demonstrar a necessidade do Ensino jurídico brasileiro adotar estruturas metodológicas de capacitação aos futuros profissionais do direito, para desenvolverem habilidades, conhecimentos e competências em Métodos de Resolução de Casos, o que contribui para resolução de casos mais complexos, como os crimes econômicos da atualidade.

Destarte, a aplicabilidade do Método Estruturado de Resolução de Casos de Gutachtenstil ao do Faraó dos Bitcoins que perpetuou diversas condutas criminosas e complexas, onde a mídia e o clamor popular imperavam na sociedade brasileira tornou algo positivo para que as incógnitas jurídicas fossem solucionadas e a busca da Justiça Real caracterizada, onde a dogmática penal permaneceu intacta e o Direito em si concretizado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Marco Antônio Sousa; LIMA, Flávio Alves de Paula. Como aplicar o direito? : para uma crítica ao modelo silogístico. In: XX ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, Belo Horizonte, 2011. Anais do XX Encontro Nacional do CONPEDI. Florianópolis/SC: Fundação Boiteux, 2011. p. 9662 - 9679. Disponível em http://ufmg.academia.edu/MarcoAntonioSousaAlves/Papers/1083293/Como_aplicar_o_direito_para_uma_critica_ao_modelo_silogistico. Acesso em: 01.11.2023.

ARANHA, Diego F. et al. Breaking ECDSA with Less than One Bit of Nonce Leakage Real World Crypto, 2021.

ARAÚJO, Tayná Frota de. Criptoativos: contribuições internacionais ao Brasil. 2022.

Assis, Francisco. Aspectos dos crimes contra o sistema financeiro nacional - comentários às Leis 7492/86 e 9.613//98, p. 201

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Lavagem de dinheiro: aspectos penais e processuais penais. 3 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

BARROS, Marco Antonio de; FERNANDES, Antonio Scarance. A busca da verdade no processo penal. 2001.

BARROS, Marco Antônio de; SILVA, Thiago Minei Apostólico. Lavagem de ativos: dolo direto e a inaplicabilidade da teoria da cegueira deliberada. Revista dos Tribunais, v. 957, p. 203-256, 2015.

BARROS, Marco Antonio. LAVAGEM DE CAPITAIS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL.

BARROS, Marco Antonio de. Lavagem de dinheiro: implicações penais, processuais e administrativas. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: Introdução à Sociologia do Direito Penal. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002. p 88.

BELLO, Douglas Sena; SAAVEDRA, Giovani Agostini. BREVES NOTAS SOBRE COMPLIANCE E PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO EM BITCOINS EXCHANGES: BREVES NOTAS SOBRE COMPLIANCE E PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO EM BITCOINS EXCHANGES. *Delictae Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Delito*, v. 2, n. 3, p. 159-159, 2017.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial (vol. 4). revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, p. 241, 2008.

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 15/09/2023.

BRASIL. Instrução Normativa RFB nº 1.888/19. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=100592>. Acesso em: 15/09/2023.

BRASIL. Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12683.htm>. Acesso em: 15/09/2023.

BRASIL, Lei 14.478/22. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14478.htm#art14>. Acesso em 09.Nov.2023.

BRASIL. Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9613.htm>. Acesso em: 15/09/2023.

BOTTINO, Thiago; DA SILVA TELLES, Christiana Mariani. Lavagem de dinheiro, bitcoin e regulação. Revista brasileira de ciências criminais, n. 148, p. 131-176, 2018.

CALLEGARI, André Luís. Lavagem de dinheiro: aspectos penais da Lei no 9.613/98. 2 ed. ver. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

CAMPOS, Mônica Vasconcellos Barral. O processo de institucionalização do bitcoin e as forças que atuam em suas fases de adoção. 2020.

CARNEIRO, Pedro Erik Arruda. Bitcoin na Política Fiscal Brasileira. CADERNOS DE FINANÇAS PÚBLICAS, v. 3, n. 22, 2022.

CARVALHO, Michel Silva. Mercado de criptoativos brasileiros: do bitcoin ao etf de cripto. 2023.

CASTELLO, Melissa Guimarães. Bitcoin é uma moeda? Classificação das criptomoedas para o direito tributário. Revista Direito GV, v. 15, 2019.

COSTA, José Raison Argenes Holanda. Uma análise técnico-jurídica acerca do atual cenário regulatório dos criptoativos no Brasil. 2022.

COSTA JUNIOR, Dilon Gularte. Direito à vida e o aborto: as percepções dos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Pacicco de Freitas. 1997.

DIAS, Jorge de Figueiredo. Direito penal. Parte geral, v. 1, p. 2, 2007.

DE ALÇADA CRIMINAL, Doutrina do Tribunal do Estado de São Paulo. TACRIM-SP - Segurado Braz – JUTACRIM 90/101.

DE JESUS, Damásio. Manual de crimes informáticos. Saraiva Educação SA, 2017.

DINH, Laurent et al. Sharp minima can generalize for deep nets. In: International Conference on Machine Learning. PMLR, 2017. p. 1019-1028.

DREYFUS, Suelette; ASSANGE, Julian. Underground: tales of hacking, madness and obsession on the electronic frontier. Canongate Books, 2012.

DOTTI, René Ariel. **Casos criminais célebres**. Revista dos Tribunais, 2003.

DURAN, Camila Villard; STEINBERG, Daniel Fideles; FILHO, Marcelo de Castro Cunha. Ativos virtuais no Brasil: o que são e como regular? Recomendações ao Projeto de Lei nº 2060/20191.

ESTELLITA, Heloisa. Bitcoin e lavagem de dinheiro: uma aproximação. 2019.

ESTELLITA, Heloisa. Criptomoedas e lavagem de dinheiro. 2020.

FATF. Financial Action Task Force, 2019. Disponível em: <<https://www.fatf-gafi.org/content/dam/fatf-gafi/annual-reports/FATF-annual-report-2019-2020.pdf.coredownload.pdf>>. Acesso em 17.Out. 2023.

FERREIRA, Mariana Suzart Paschoas, and Vitor Eduardo Lacerda de ARAÚJO. "Regulação das criptomoedas pelo sistema jurídico brasileiro: estudo de direito comparado." Revista de Direito e as Novas Tecnologias. São Paulo 3 (2019).

FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de direito penal: parte geral. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

GAS, Tonio. Der Gutachtenstil. Baurecht: Schnell erfasst, p. 302-302, 2006.

GRECO, Luís, ESTELLITA, Heloisa. A prática da teoria do delito: a Parte Geral do Direito Penal segundo o método estruturado de resolução casos (Gutachtenstil). Working paper, 2017.

GRECO, Luís. Um panorama da teoria da imputação objetiva, 2005, p. 11

GRUPENMACHER, Giovana Treiger. As plataformas de negociação de criptoativos: uma análise comparativa com as atividades das corretoras e da Bolsa sob a perspectiva da proteção do investidor e da prevenção à lavagem de dinheiro. 2019. Tese de Doutorado.

GÓES, Guilherme; SANTIN, Janice. A tentativa na omissão imprópria: um esboço sobre a delimitação entre atos preparatórios e início da execução. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 13, n. 1, 2023.

HALL, Mark A.; WRIGHT, Ronald F. 'Systematic Content Analysis of Judicial Opinions'. In: *California Law Review*, vol. 96, pp. 63-122, 2008.

HILDEBRAND, Tina. *Juristischer Gutachtenstil: Ein Lehr-und Arbeitsbuch*. UTB, 2017.

HUNGRIA, Néelson; DOTTI, René Ariel. *Comentários ao Código Penal: Volume 1-Tomo 1*. GZ Editora, 2017.

LIEBRECHT, Johannes. *Die junge Rechtsgeschichte: Kategorienwandel in der rechtshistorischen Germanistik der Zwischenkriegszeit*. Mohr Siebeck, 2018.

LIEBRECHT, Johannes. Formando juristas en Alemania: estructuras, método e ideales (Educating Lawyers in Germany: On the Methods and Ideals of the German Legal Training). *Revista sobre enseñanza del derecho*, v. 13, n. 25, p. 37-74, 2015.

LIEBRECHT, Johannes. Há o que aprender com os alemães? O perfil da educação jurídica na Alemanha. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, v. 16, n. 1, p. 131-166, 2015.

MANES, Vittorio. *Justiça Midiática: os efeitos perversos nos direitos fundamentais e no devido processo legal*. Editora D'Plácido, 2023.

MARTINELLI, João Paulo Orsini; DE BEM, Leonardo Schmitt. *Lições fundamentais de direito penal: parte geral*. Saraiva Educação SA, 2017.

MASSON, Cleber. Direito penal. **Parte especial**, v. 13, 2017.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. Lavagem de Dinheiro. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/436/edicao-1/lavagem-de-dinheiro>>.

Acesso em: 08.Nov. 2023.

MORAES, FELIPE AMÉRICO, SANTANA, HADASSAH LAÍS DE SOUSA; Regulação das Criptomoedas: Política Anti-Lavagem de Dinheiro. Relações Internacionais no Mundo Atual, v. 1, n. 22, p. 348-363, 2020.

OLIVEIRA, João Paulo Silva; DE MEDEIROS, Benizete Ramos. A Criação de Legislações para Criptoativos e a Segurança e Disseminação das Transações Financeiras. Research, Society and Development, v. 11, n. 16, p. e02111635197-e02111635197, 2022.

QUARCH, Tilman. Introdução à Hermenêutica do Direito Alemão: Der Gutachtenstil. Revista de Direito Civil Contemporâneo, v. 1, p. 251-285, 2014.

QUEIROZ, Paulo. Direito penal: parte geral. Editora Lumen Juris, 2020.

PÉREZ PERDOMO, ROGELIO. Tres ensayos sobre métodos de la educación jurídica. Caracas: Universidad Central de Venezuela 1974. POSNER, RICHARD A. The Decline of Law as an Autonomous Discipline 1962- 1987. Harvard Law Review. 100 (1987), p. 761-780.

PINHEIRO, Murilo Nobre Fernandes. O uso de bitcoins em crimes de lavagem de dinheiro. 2021.

PIRES, Matheus Zucchetti et al. CRIPTOMOEDAS: PERSPECTIVA DOS INVESTIDORES SOBRE ESTE NOVO MERCADO DE INVESTIMENTOS. Administração de Empresas em Revista, v. 1, n. 31, p. 458-499, 2023.

PRADO, Luiz Régis; DE CARVALHO, Érika Mendes. A imputação objetiva no Direito Penal brasileiro. *Revista da Associação Brasileira de Professores de Ciências Penais*, v. 3, p. 81-110, 2005.

RANIERI, FILIPPO. *Stilus Curiae*. Zum historischen Hintergrund der Relation-technik. *Rechtshistorisches Journal* 4 (1985), p. 75-88.

RANIERI, FILIPPO. Styles judiciaires dans l'histoire européenne: modèles diver-gents ou traditions communes? In: Robert Jacob (ed.). *Le juge et le jugement dans les traditions juridiques européennes. Études d'histoire comparée*. Paris: LGDJ, 1996, p. 181-195.

Recurso Especial n. 1.696.214/SP. Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, 09 out. 2018, DJe 16 out. 2018. Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=201702244334.REG>> Acesso em: 04 nov. 2019

SANDINO, Diego Fernando Tarapués et al. Sobre el Gutachtenstil y la evaluación del derecho mediante la solución de casos prácticos. *Revista de Estudios Criminales*, v. 16, n. 65, p. 59-63, 2017.

SOUZA, Artur de Brito Gueiros. Da criminologia à política criminal: direito penal econômico e o novo direito penal. SOUZA, Artur de Britos Gueiros. *Inovações no direito penal econômico. Contribuições criminológicas, político-criminais e dogmáticas*. Brasília: ESMPU, 2011.

STELLA, Julio Cesar. Moedas virtuais no Brasil: como enquadrar as criptomoedas. *Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central*, v. 11, n. 2, p. 149-162, 2017.

STUCKENBERG, Carl-Friedrich. Der juristische Gutachtenstil als cartesische Methode. *ZDRW Zeitschrift für Didaktik der Rechtswissenschaft*, v. 6, n. 4, p. 323-341, 2020.

TOMÉ, Matheus Parchen Dreon. A natureza jurídica do bitcoin. 2019.

ULRICH, Fernando. Bitcoin-a moeda na era digital. **Journal, volume**, v. 2, p. 239, 1892.

WEHRS, Carlos, GONÇALVES MADRUGA, Antenor; TEIXEIRA, Adriano. O valor processual das informações de inteligência financeira obtidas por meio do Grupo Egmont. **Jornal de Ciências Criminais**, v. 2, n. 2, p. 21-30, 2019.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991. p. 130